

PROFESSOR DE AEE: POSSIBILITANDO A FORMAÇÃO CONTINUADA DO PROFESSOR DA SALA DE ENSINO REGULAR¹

Bruna Barboza Trasel², Maria Denise Marconato Uggeri³.

¹ Artigo escrito a partir do Projeto de Pesquisa realizado no curso de Pós-graduação em nível de Especialização em Atendimento Educacional Especializado

² PEDAGOGA, ESPECIALISTA EM DOCÊNCIA PARA O ENSINO SUPERIOR, PÓS-GRADUANDA EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO, PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE IJUÍ.

³ Professora da disciplina de Metodologia da Pesquisa da UNINTESE/UTP e orientadora dessa pesquisa. Especialista em Interdisciplinaridade

Essa investigação possui como tema o Atendimento Educacional Especializado, sendo que parte da questão: “Como a formação continuada em serviço pode contribuir para a formação de professores de sala regular para a “escola das diferenças” e qual o papel do professor de AEE diante dessa possibilidade?” A principal hipótese é que a formação continuada em serviço proposta pelos professores de AEE possibilitaria aos professores de ensino regular a aprendizagem de meios pedagógicos para o trabalho com as crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas não somente isso, possibilitaria também, uma desmistificação das (im)possibilidades desses estudantes, passando a vê-los como sujeito de potencialidades. Uma vez que o objetivo da investigação é discutir a articulação entre o professor de sala de recursos e o professor de ensino regular, indicando a formação continuada em serviço como possibilidade de aprendizagem de meios pedagógicos para o trabalho com as crianças, público alvo do AEE. Justifica-se, acrescentando, que é de grande relevância a discussão acerca da possibilidade de o professor de AEE articular momentos de formação continuada para os professores de sala de aula regular e demais profissionais da educação. A metodologia empregada é uma pesquisa bibliográfica, utilizando o método dedutivo e a abordagem qualitativa.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O novo cenário da educação especial, proposto pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tem desencadeado discussões diversas com relação à inclusão de estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em salas de ensino regular apoiados pelo atendimento educacional especializado.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Dentre essas discussões, engrandecem inquietações relacionadas à formação do professor de sala de aula regular para o trabalho com as diferenças, acreditando na formação continuada em serviço como possibilidade, ou seja, a articulação mais concreta por parte dos sujeitos “ensinantes” deste processo: professor da sala de ensino regular e professor da sala de recursos.

Não é necessário que o professor da sala de ensino regular possua a formação específica em atendimento educacional especializado ou educação especial, sendo assim, o especialista é o professor da sala de AEE, devendo articular-se e disseminar esse conhecimento peculiar a fim de que o estudante, sujeito principal desse processo, receba atendimento pedagógico de qualidade.

Assim, torna-se relevante discutir a articulação entre o professor de sala de recursos e o professor de ensino regular, indicando a formação continuada em serviço como uma possibilidade de aprendizagem de meios pedagógicos para o trabalho com as crianças, público alvo do AEE incluídos em contextos de ensino regular.

FORMAÇÃO CONTINUADA EM SERVIÇO: DISCUTINDO A ARTICULAÇÃO DO PROFESSOR DE SALA DE AULA COMUM E DO PROFESSOR DE AEE

Diante das discussões, cada vez mais calorosas, da conjuntura da Educação Especial na perspectiva inclusiva, torna-se impreterível inclinar-se sobre algumas questões do referido tema a fim de criar novas possibilidades pra a inclusão efetiva dos estudantes com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Assim, sendo objeto deste estudo, a possibilidade do professor de AEE ser um disseminador dos conhecimentos referentes à prática pedagógica na inclusão dos estudantes que são público alvo do Atendimento Educacional Especializado, possibilitando a formação continuada em serviço dos demais profissionais de educação envolvidos na inclusão dos referidos estudantes.

Espera-se que a formação continuada em serviço proposta pela professora de AEE possibilite aos professores de ensino regular a aprendizagem de meios pedagógicos para o trabalho com as crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas não somente isso, possibilite também, uma desmistificação das (im)possibilidades desses estudantes, passando a vê-los como sujeito de potencialidades, sendo esta a principal hipótese deste estudo.

A formação continuada em serviço aponta para a possibilidade de um novo perfil de educador: profissional pré-disposto a (re) significar os conhecimentos adquiridos em formação inicial e na prática cotidiana; e, estabelecer real imbricamento da teoria com a prática.

(Re) significar esses conhecimentos implica em o profissional não se aceitar como sujeito acabado, de verdades absolutas e concluídas. Porém, pressupõe acreditar que as veridicidades são efêmeras, construídas historicamente dentro de um tempo e um espaço peculiar.

Paraphrasing Ático Chassot (2007, p. 15) quando este afirma que a Ciência é uma construção humana, portanto, falível e detentora de verdades transitórias, sendo resultado das experiências vivenciadas por homens e mulheres em determinado tempo histórico.

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

Falar em formação continuada em serviço implica em visualizar o professor e demais profissionais da educação como sujeitos que não são detentores de verdades absolutas sobre o processo de desenvolvimento físico, mental, social e moral dos estudantes; mas sim, sujeitos em constituição enquanto profissional educador.

É necessário estabelecer que a formação continuada em serviço é uma possibilidade de desenvolvimento pessoal e profissional de sujeitos educadores inseridos em meios educacionais num processo contínuo de reconstrução de sua identidade. Isso nos leva a crer que esse sujeito em formação seria um construtor de conhecimentos teórico-práticos e de realidade social a partir das questões que emergem cotidianamente nos contextos de educação coletiva.

Selma Garrido Pimenta (2004, p. 130) menciona que “falar em formação de professor, portanto, é apontar para seu desenvolvimento profissional a partir de uma concepção de homem que se organiza formal e sistematicamente na perspectiva da inteireza, e não da fragmentação”.

Essa afirmação aponta para um problema real em educação na perspectiva da inclusão: as gerações de professores especializados no ensino das pessoas com deficiência, formados em cursos de formação continuada, as quais são preparadas apenas para atender/ensinar as pessoas com deficiência excluída do contexto social, além da generalização dos “sintomas” de cada deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, não às vendo como sujeitos inseridos em uma cultura, o que as tornam um ser único.

De tal modo, “esta nova função da Educação Especial muda muita coisa, principalmente, a formação dos professores especializados, que precisa ser urgentemente revista e adequada ao que esse profissional deve conhecer para desenvolver práticas educacionais próprias do atendimento educacional especializado (BATISTA, 2006, p. 26)”.

Sobrepõe-se que a formação continuada em serviço deve ir além de uma mera apresentação de teorias ou da tentativa de oferecer conhecimentos que tapem lacunas da formação inicial. Ao contrário, a formação continuada necessariamente deve partir de discussões propostas pela conjuntura cotidiana escolar, ou seja, pelas questões que permeiam o dia a dia da escola e as dúvidas teórico-práticas reais dos educadores e demais profissionais da educação.

Portanto, compete ao momento, referenciar as atribuições do professor do AEE, sendo estas estabelecidos na Resolução 4 de dois de outubro de 2009. Segundo o artigo 13, são atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado:

VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;

VIII – estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Percebe-se então, nestas duas atribuições, que as mesmas são permeadas de possibilidades, incumbindo, o professor de sala de AEE no processo de formação continuada dos professores de sala regular com alunos incluídos. Desta forma, é inevitável e necessária a criação de condições para a aprendizagem contínua dando autonomia ao docente e aos demais profissionais da educação

Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: XIX Jornada de Pesquisa

para o aperfeiçoamento de suas potencialidades, ou seja, de suas competências. Propõe-se então, através deste estudo, que o professor de AEE seja um articulador dessa, inevitável e necessária, criação do espaço de aprendizagem contínua referenciada acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Deste modo, acredita-se que essas orientações e articulações que são atribuições do professor de AEE tornar-se-iam mais consistentes se fossem estendidas a momentos de fomento e pesquisa nos espaços de formação que são oferecidos em grande número de escolas, indicando assim, formação continuada em serviço à todos os envolvidos na inclusão de estudantes público do AEE.

Pressupõe-se também, que no momento em que toda a instituição de educação coletiva se dedicasse a compreender os preceitos da Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva, entender-se-ia sua importância diante do contexto da diversidade que a sociedade vive, possibilitando assim, que os educadores e demais profissionais da educação vejam a inclusão como processo natural de uma sociedade que está em transição, que não pode mais negar a existência de sua diversidade e que precisa urgentemente rever seus princípios, questionando os modelos “ideais” que a escola insiste em querer formar.

REFERENCIAS

BATISTA, Cristina Abranches Mota. Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado para a deficiência mental. Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Resolução 4 de dois de outubro de 2009.

PIMENTA, Selma Garrido. Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004.

ROPOLI, Edilene Aparecida. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar : a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

ROSA, Suely Pereira da Silva. Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão. Curitiba, IESDE, 2008.

ZAINKO, Maria Amélia Sabbag. Desafio da universidade Contemporânea: o processo de formação continuada dos profissionais da educação. In: FERREIRA, Naura S. C.(org.) Formação continuada e Gestão da Educação. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.